

Reflexões do I fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em nutrição no Brasil¹

Insights from the first meeting of coordinators of nutrition graduate programs in Brazil

Gilberto KAC²

Eliane FIALHO²

Sandra Maria Chaves dos SANTOS³

Ana Marlúcia Oliveira ASSIS²

RESUMO

A necessidade de compartilhar experiências, associada ao interesse em construir uma rede de comunicação entre os Programas de Pós-Graduação em Nutrição, foi o que orientou a realização do I Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Nutrição, realizado em Junho de 2006, em Salvador. Este artigo apresenta uma síntese dos principais aspectos discutidos e das proposições formuladas na direção do fortalecimento técnico e político dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição. Os participantes concordaram com a necessidade de aperfeiçoar o processo seletivo de ingresso de pós-graduandos nos cursos, evitando endogenia, mas oferecendo atenção especial àqueles alunos já engajados em projetos de pesquisa, como bolsistas de iniciação científica. Considerou-se consenso a realização de uma criteriosa seleção de professores, com ênfase na qualidade e regularidade da produção intelectual. Considerou-se importante gerar condições internas que favoreçam aos alunos a dedicação integral aos cursos de Mestrado e Doutorado. Uma análise dos fatores que levam ao sucesso da publicação científica depende do desenvolvimento de objetos relevantes, inovadores e metodologicamente adequados. Propôs-se que os Programas de Pós-Graduação em Nutrição atuem para a definição de uma agenda de temáticas relevantes para a pesquisa na área. O sucesso de um Programas de Pós-Graduação em Nutrição foi definido por meio da integração entre projetos financiados, seleção de alunos que apresentem vocação para a pesquisa científica e de professores credenciados para o ensino, desenvolvimento de projetos de pesquisa relevantes e publicação em revistas indexadas. No âmbito político, os participantes concordaram em criar uma organização formal capaz de representar e estreitar interesses coletivos na área da nutrição.

Termos de indexação: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; nutrição; pós-graduação; publicação científica.

¹ Financiamentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PAEP 0075/06-0) e Pró-Reitoria de Pesquisa (PR2) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Brigadeiro Trompowsky, s/n., Bloco J, 2º andar, 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: G. KAC. E-mail: <kacetal@gmail.com>.

³ Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil.

ABSTRACT

The need to share experiences coupled with an interest in constructing a network for communication among graduate programs in nutrition led to the first national conference of coordinators of graduate programs in nutrition held at Salvador in June, 2006. This report presents a summary of the major issues debated at the conference that were formulated towards strengthening these programs and the area of nutrition in general both technically and politically. The participants agree on the need for improvement in the process of recruiting students, avoiding inbreeding but giving special attention to those already engaged in undergraduate research projects. A consensus was that the programs should choose potential thesis advisors carefully, with emphasis on the quality and regularity of the intellectual production. It was considered important to structure the programs so as to allow students to work fulltime on the masters/PhD program. An analysis of factors that lead to successful publication of research results highlighted the importance of a creative approach to relevant topics using valid methodology. It was proposed that the programs should define an agenda of relevant research issues for the nutrition area. A successful graduate program in nutrition was defined as one that integrates project funding, recruitment of students with a vocation for research, and selection of professors with the ability to teach, develop relevant research projects and publish in refereed journals. In the political arena, the participants agreed to create a formal organization capable of representing and strengthening collective interests in the area of nutrition.

Terms of indexing: *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; nutrition; graduate studies; scientific publication.*

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, em sua política contida no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005 - 2010, destaca a relevância e o papel estratégico do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, e constata o crescimento quantitativo e qualitativo da Pós-Graduação brasileira, ao tempo em que sinaliza para os desafios que ainda permanecem na direção de superar assimetrias regionais e entre as diferentes áreas de formação¹.

O PNPG 2005-2010 contempla a meta de formar 45 mil doutores até o final do período. Em 2003, época para qual as informações mais recentes estavam disponíveis, foram titulados 8 094 doutores¹. Como sinalizado por Steiner², ainda que em ascensão, a Pós-Graduação no Brasil está muito distante do crescimento experimentado, por exemplo, pela China, que em 20 anos (entre 1983 e 2003) ampliou o quantitativo da formação de 19 para a titulação de 18 625 doutores, sendo pouco mais de 1/3 na área de engenharia.

Embora no Brasil o número absoluto de doutores formados em áreas aplicadas (Ciências

Agrárias e Ciências da Saúde) seja semelhante ao formado nos EUA, representando, proporcionalmente, um número maior de titulados nessas áreas, entre os brasileiros² persiste uma distribuição desigual do total de doutores, tanto entre as regiões como entre as áreas do conhecimento².

Os elementos antes citados indicam que o alcance das metas do PNPG dependerá do esforço orquestrado de todos os agentes que fazem a Pós-Graduação e a pesquisa no País. Como historiado por Ferraro³, para a área da educação, o protagonismo compartilhado daqueles que pesquisam e ensinam, nas diferentes áreas, contribui expressivamente para a consolidação, expansão e visibilidade do estatuto científico de um campo de saber.

Nesse contexto, no que se refere à Pós-Graduação na área de Nutrição, a tomada de consciência coletiva da co-responsabilidade que cabe aos Programas, foi o que orientou a realização do I Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Nutrição, nos dias 15 e 16 de junho de 2006, em Salvador-Bahia. De um total de 12 instituições com Programas credenciados pela Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 11 estiveram representadas: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Viçosa.

Entre os resultados gerados pelo Fórum, foi elaborado um documento técnico, que pode ser solicitado por meio do endereço: <ppgnbrasil@yahoo.com>. A partir do relatório, foi elaborado este artigo, sob forma de comunicação, com a finalidade de divulgar as reflexões emanadas do referido evento. Em linhas gerais, o Fórum contemplou os seguintes objetivos: propiciar o fortalecimento e a integração dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição; elaborar estratégia de ação para o fortalecimento técnico e político dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição e criar as bases de uma associação que congregue os Programas de Pós-Graduação em Nutrição e fortaleça politicamente a área. Este último objetivo do Fórum não será discutido na presente comunicação.

Esta comunicação foi elaborada, portanto, com base nos registros feitos pelos autores dos depoimentos, nas formulações e nos encaminhamentos realizados pelos coordenadores dos Programas presentes ao evento, ao que se somaram dados e informações de referências dentro do tema. Na primeira parte estão sistematizadas reflexões e proposições na direção do fortalecimento e da integração dos Programas, com ênfase na dimensão técnica. Na segunda parte são abordados temas e propostas voltados para o fortalecimento político da área. E finaliza-se com uma seção de considerações. A expectativa é de que este documento, possa conformar uma agenda administrativa, técnica e política para a área da formação de recursos humanos pós-graduados em Nutrição no Brasil.

Fortalecimento e integração dos programas: dimensão técnica

O debate em torno do tema do fortalecimento e integração dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição focalizou um conjunto de condições consideradas relevantes para tanto.

Assim, uma das condições discutidas foi a geração de oportunidades de financiamento de pesquisa. Como recentemente divulgado, no Portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o comitê de Saúde Coletiva e Nutrição foi o que apresentou o aumento mais expressivo do número de propostas submetidas ao Edital Universal 2006. A área da Nutrição, decerto, contribuiu efetivamente para este resultado. Recomendou-se, então, que os Programas adotem mecanismos de incentivo à submissão de propostas aos Editais, por seus docentes e alunos, visando à ampliação das oportunidades de financiamento e à consolidação do cenário relativamente favorável que se desenhou nos últimos anos para a área, com a abertura de Editais Temáticos e com a incorporação de temas relacionados à nutrição nos Editais gerais.

Uma segunda condição entendida como capaz de fortalecer e integrar os Programas na dimensão técnica foi a procura do constante aperfeiçoamento da qualidade da produção científica. A produção intelectual participa com 30% do peso total da avaliação global do Sistema de Avaliação da Capes, o que destaca a valorização da produção científica dos docentes e alunos, em termos quantitativos e qualitativos, tomando como parâmetro o impacto dos veículos em que são publicados. Considerou-se que esse é ainda um ponto frágil para a maioria dos Programas da área.

Assim, para requalificar a produção científica, foram considerados vários pontos que devem nortear a estrutura organizacional dos Programas. Nesse sentido destacou-se a busca do aperfeiçoamento continuado dos processos seletivos para o ingresso de pós-graduandos. Recomendou-

-se evitar a endogenia e fazer valer a igualdade de direito para os candidatos, mas valorizando critérios que identifiquem a iniciação e a vocação do candidato no campo da pesquisa. Desse modo, destacou-se como vantajosa a experiência do candidato, materializada na condição de bolsista de Iniciação Científica. Pode-se considerar que, no Brasil, a Bolsa de Iniciação Científica (IC) é uma modalidade essencial para o efetivo desenvolvimento da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A concessão de bolsas de IC surgiu com a criação do CNPq, em 1951, e tinha por objetivo identificar jovens com vocação para a ciência. Essa dinâmica continuou até a década de 70, período em que houve um aumento considerável de bolsas e, nos anos 90, precisamente em 1991, houve a criação do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. A vocação demonstrada pelo aluno de graduação, na busca pela qualificação, pode ser observada a partir dos resultados do estudo coordenado pelo Professor Jacques Veloso, do Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior, da Universidade de Brasília (UnB), os quais indicam que o aluno do PIBIC leva, em média, 14 meses para ingressar no mestrado, em comparação com um não bolsista, que pode levar até 80 meses. Observou-se, também, a aspiração de 62% dos bolsistas de IC em ingressar na Pós-Graduação, e ainda a convicção, para 84% dos estudantes, de que a bolsa IC contribui de forma importante para o exercício de profissões no meio acadêmico⁴. Além disso, registrou-se que 50% dos alunos eram orientados por pesquisadores que possuíam doutorado há mais de 5 anos.

O número de bolsas de IC foi mantido estável entre 1995 e 2001, com concessões absolutas na faixa de 19 mil. A partir de 2002 registra-se o aumento gradativo do número de bolsas concedidas, totalizando hoje 21 mil bolsas.

Ainda reconhecendo a alta competitividade por essa modalidade de bolsa, foi emanada desse Fórum a recomendação da necessidade de desenvolvimento de habilidades técnicas e de esforço, pelos docentes, para captação dessas

bolsas e destacou-se a importância de submeter as solicitações aos Editais, dando visibilidade à real demanda.

Além de uma melhor seleção dos ingressantes nos Programas, considera-se importante gerar condições internas que favoreçam a dedicação integral do aluno da pós-graduação ao curso. Esse é um ponto nodal nos Programas, em face do limitado número de bolsas para mestrado e doutorado disponibilizadas a cada ano pelas agências de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa. A preocupação com o crescimento do PNPG reflete-se no esforço do governo para a ampliação do número de bolsas e o investimento em infraestrutura, hoje claramente insuficientes para atender a demanda. A estimativa é de que seja necessário o adicional de 1,6 bilhões de reais, aos atuais orçamentos da Capes e do CNPq, apenas para o pagamento de bolsas e taxas acadêmicas. Esse montante seria expressivamente maior, se também fossem considerados os auxílios para projetos de pesquisa.

Segundo levantamento recente da Capes, entre os 120 mil alunos de mestrado e doutorado existentes atualmente no País, apenas 45 mil são contemplados com bolsas¹. Considerando as bolsas disponíveis, registra-se que 58% provêm da Capes, 20% a 30% provêm do CNPq e 10%, das fundações estaduais de pesquisa (FAP). Assim, pode-se constatar que mais de 60% dos pós-graduandos brasileiros não recebem bolsa de estudos, o que impulsiona o aluno ao mercado de trabalho durante o curso, com claros prejuízos ao processo de formação.

Além do problema quantitativo, relativo ao insuficiente número de bolsas, deve-se também considerar o baixo valor das mesmas, as quais durante vários anos não sofreram reajustes. Diante desse quadro, a Capes tem ressaltado a importância de que mais empresas participem, efetivamente, no financiamento da formação desses recursos humanos, além de sugerir maior participação das fundações estaduais.

A articulação entre o financiamento de projetos, a seleção de alunos vocacionados para

a pesquisa e a existência de docentes vocacionados para o ensino, a pesquisa e a produção intelectual, formam o tripé para o êxito de um programa de pós-graduação em todas as áreas. Em se tratando dos docentes, é fundamental realizar uma criteriosa seleção para o ingresso no Programa, seja ele permanente ou colaborador. É importante que os critérios de credenciamento sejam amplamente discutidos e claramente divulgados no seio da comunidade acadêmica. Em consonância com um dos principais requisitos na avaliação dos Programas de Pós-Graduação, a produção intelectual deve também nortear o credenciamento docente. Assim, sugeriu-se credenciar somente os docentes que atinjam o nível mínimo de produção recomendado pela Capes. Na Grande Área da Saúde, o Programa é classificado como de nível "muito bom", no item produção intelectual, quando, pelo menos, 80% dos docentes publicam, no mínimo, um artigo em veículos listados na lista Qualis na categoria Nacional A por ano, sendo um dos três artigos do triênio, publicado, pelo menos, em periódico na categoria Internacional B⁽⁴⁾.

Um critério relevante para o credenciamento é a integração do docente em outras atividades, sobretudo as referentes à docência na graduação e na pós-graduação, tendo em conta a recomendação da Capes de que cada docente participe, a cada triênio, de, pelo menos, duas disciplinas. Alguns Programas adotam o critério de vinculação do professor a um grupo de pesquisa, preferencialmente com captação de recursos financeiros junto às agências tradicionais de fomento. A participação em um grupo consolidado de pesquisa, pode ser o diferencial para que o docente agregue ao Programa o mínimo de estrutura.

Destacaram-se ainda as sugestões de critérios de credenciamento, expressas na experiência do docente em, pelo menos, co-orientação de projetos; o estabelecimento de um tempo mínimo de um ano de doutoramento para orientação e a delegação de somente uma orientação para os iniciantes em Programas de Pós-Graduação.

No contexto do Fórum considerou-se também relevante que os Programas da área busquem manter e ampliar atividades de intercâmbio continuado, visando à superação de problemas comuns e ao crescimento qualitativo de todos. Nessa direção, afirmou-se a importância de programas de intercâmbio de alunos durante o processo de formação, assim como do desenvolvimento de trabalhos em cooperação com grupos de excelência no Brasil e no exterior.

Entende-se que todos os aspectos acima indicados formam a base para uma produção intelectual relevante e competitiva nos Programas, no sentido de alcançar pontuação elevada no quesito produção intelectual, dado que o seu peso é de 30% do total da avaliação global. É, portanto, o item de maior peso. Foi, justamente, nesse quesito que os Programas de Nutrição receberam o maior número de avaliações regulares para o triênio 2001-2003. Entende-se, portanto, que a evolução do nível da Pós-Graduação em Nutrição, necessariamente, passa por uma melhora substancial da sua produção científica.

Para melhor desempenho dos Programas de Nutrição quanto à produção intelectual considerou-se que a área faça um auto-reconhecimento do que foi produzido. Isto é, importa, para o planejamento do crescimento e da qualificação da produção, dar conta do que vem sendo pesquisado, de que forma e por quem. Decerto, o Portal

⁴ Critérios para o quesito produção intelectual - comitê Medicina II: conceito MB= 80% ou mais dos docentes permanentes tenham publicado 3 artigos em Qualis Nacional A ou superior. Na produção intelectual deve existir pelo menos 1 artigo em Qualis Internacional A ou B/docente/triênio; conceito B= 80% ou mais dos docentes permanentes tenham publicado 3 artigos em Qualis Nacional B ou superior. Na produção intelectual deve existir pelo menos 1 artigo em Qualis Internacional C ou superior/docente/triênio; conceito R= 80% ou mais dos docentes permanentes tenham publicado 3 artigos em Qualis Nacional B ou superior. Na produção intelectual deve existir pelo menos 0,5 artigo em Qualis Internacional C ou superior/docente/triênio; conceito F= 80% ou mais dos docentes permanentes tenham publicado 2 artigos em Qualis Nacional B ou superior.

da Capes, por meio do banco de teses, e o Portal do CNPq, via Plataforma Lattes, constituem-se, na atualidade, em importantes ferramentas para o reconhecimento dos grupos de pesquisas certificados e de suas produções.

De forma complementar, propôs-se que os Programas de Nutrição desenvolvam mecanismos em rede, para socialização das informações sobre o que vem sendo produzido, colocando-se em perspectiva a criação de um Centro de Informação que reúna dados sobre a pesquisa em Nutrição no Brasil.

O êxito de uma produção científica é medido por sua condição de ser publicada em veículos de qualidade reconhecida, nacional e internacionalmente. Considerou-se que a exitosa *performance* de um trabalho científico depende do desenvolvimento de estudos de objetos inovadores e metodologicamente adequados. Dessa forma, propôs-se que os Programas de Nutrição atuem para a definição de uma agenda de temáticas relevantes para a pesquisa na área. Esta agenda, construída pelos pares, seria, então, um documento de orientação aos Programas já implantados e também para a abertura de novos. Além disso, ponderou-se que os Programas devem fortalecer a formação de mestres e doutores, nas ferramentas metodológicas, com vistas à produção científica de qualidade, pressupondo ser este um aspecto central para a competitividade da produção científica, no plano nacional e internacional. Em curto prazo, propôs-se a realização de um Fórum para debate de questões metodológicas que envolvem a pesquisa em Nutrição.

Como o observado por Horta & Moraes⁵, no Sistema de Avaliação, implementado pela Capes, a ênfase avaliativa sobre os produtos recai sobre a divulgação ampla dos resultados do que é pesquisado. O que se observa, nos últimos anos, por outro lado, é uma importante passagem de um modelo de avaliação que privilegiava a quantidade de trabalhos publicados, para parâmetros que valorizam a qualidade das publicações produzidas. No entanto, a avaliação dessa qualidade

não é tarefa fácil. Para Strehl⁶, o sistema de avaliação brasileiro padece por falta de informações sobre as características das publicações nacionais, sendo comum a publicação de trabalhos em periódicos que não ultrapassam os primeiros fascículos. A mesma autora chama ainda a atenção para os problemas das áreas que produzem conhecimentos de interesse regional, as quais tendem a contar com canais de pouca tradição para divulgar seus trabalhos.

A área de Nutrição parece ser particularmente sensível a questões relativas à qualidade dos veículos disponíveis para a publicação dos resultados do que é pesquisado nos Programas. Registra-se, nesse caso, uma baixa qualificação das revistas nacionais, que prioritariamente veiculam conhecimento na área de Nutrição. Na base de dados do Qualis 2004 foram identificadas sete revistas especificamente da área. A distribuição Qualis é a seguinte: Revista de Nutrição (Nacional A), Horticultura Brasileira (Nacional A), Higiene Alimentar (Nacional B), Revista Brasileira de Nutrição Clínica (Nacional B), Nutrição Brasil (Nacional C), Nutrição em Pauta (Nacional C) e Nutrire (Nacional C).

A síntese revela um quadro pouco animador, tendo sempre em conta que, de acordo com o Sistema de Avaliação da Capes, é valorizada a produção intelectual, de docentes e alunos, publicada em veículos qualificados internacional (A, B e C) e nacionalmente (A e B). Assim, conta-se, no presente, com três veículos Qualis Nacional C, dois Qualis Nacional B, e apenas duas revistas classificadas como Qualis Nacional A. Não foram identificadas, portanto, revistas com conceito Qualis internacional.

Há que destacar que, pela natureza interdisciplinar dos estudos desenvolvidos na área de Nutrição, os pesquisadores tendem a submeter seus artigos a veículos de outras áreas, a exemplo das áreas da saúde coletiva, de alimentos, de epidemiologia, de ciências sociais e humanas, de ciências biomédicas, entre outras. Sem dúvida, esse tem sido um caminho utilizado por diversos autores para veicular suas produções em revistas

com maior circulação e/ou impacto. No entanto, nesse caso, os pesquisadores da área concorrem com os das demais áreas, o que compromete, não só, a aceitação dos artigos, como o tempo decorrido entre o envio do artigo e sua aceitação. Além disso, alguns veículos são listados na área de origem como A Internacional, por exemplo, mas podem ser B Nacional na lista da Subárea Medicina II. Nesse sentido, é importante que o sistema Qualis da Capes incorpore às diversas áreas de avaliação a qualificação que essas revistas têm na área de origem, em geral, mais altas.

A médio prazo, uma estratégia factível de ser implementada é a maior qualificação dos periódicos de maior identidade com a área, frente aos critérios adotados pela Capes, que, por sua vez, estão pautados no clássico sistema do fator de impacto, mundialmente utilizado⁶. A longo prazo, é possível e desejável que novos veículos sejam criados.

FORTELECIMENTO POLÍTICO DA ÁREA DA NUTRIÇÃO

Os debates referentes ao fortalecimento político da área de Nutrição, nesse I Fórum, culminaram com a decisão dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição em conduzir a aglutinação dos Programas, como atores coletivos, de forma a fortalecer politicamente a área na representação de seus interesses. Assim, os Programas de Pós-Graduação em Nutrição decidiram pela formação de um Grupo de Trabalho, que será responsável por gerir as propostas derivadas do I Fórum. Os encaminhamentos serão efetivados por meio de diversas ferramentas, entre elas, uma rede eletrônica de discussão, já implementada.

Deliberou-se, também, que os Programas de Pós-Graduação em Nutrição enviem esforços para que sejam viabilizados espaços para o debate sobre a formação de recursos humanos pós-graduados em Nutrição, nos eventos científicos da área, que se realizarão no Brasil em 2006 e nos anos posteriores, visando a consolidar o intercâmbio proporcionado pelo I Fórum e traçar estratégias para o seguimento dos trabalhos.

Por fim, os participantes desse evento decidiram pela realização de um II Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Nutrição, a se realizar em Recife, Pernambuco, em 2007, em data a ser definida posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo sistematiza os principais pontos de debate e as proposições oriundas do I Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Nutrição no Brasil, com vistas a desenhar estratégias para o fortalecimento da área, em consonância com o proposto no PNPB 2005-2010.

Observou-se, então, que, de acordo com a experiência dos que atuam na área da formação de recursos humanos em Nutrição, esse fortalecimento demanda de todos um conjunto de esforços, pertinentes à dimensão técnica, que incluem a atenção ao perfil dos ingressantes aos Programas, a capacitação dos docentes e, particularmente, a qualificação da produção intelectual daí resultante.

Considerou-se, também, a relevância do fortalecimento político da área, para conformar uma instância representativa dos interesses coletivos do grupo nas arenas respectivas. Nesse sentido, avalia-se que o I Fórum permitiu o delineamento de uma agenda de trabalho coletiva, articulando todos os Programas de Pós-Graduação da área de Nutrição. E, ao dar os primeiros passos para a constituição de uma instância coletiva para representar seus interesses, escreveu um importante momento na trajetória do amadurecimento e crescimento da Pós-Graduação em Nutrição no País.

Importa ainda destacar que, durante todo o desenvolvimento do Fórum, houve o reconhecimento da importância da participação de consultores do comitê da Capes. Tal presença, além de permitir o contínuo esclarecimento dos coordenadores sobre os critérios adotados para avaliação dos Programas, significou, para o grupo,

que a política de maior transparência, que vem sendo adotada pela organização na implementação do Sistema de Avaliação, tende a ser consolidada, o que contribui para que avaliados e avaliadores possam se situar em um mesmo território, o da busca da excelência.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do programa PAEP (0075-0-06) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PR2/UFRJ), pelo apoio à realização do I Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Nutrição e também aos Professores Dr. Júlio Sérgio Marchini (FMRP/USP), Dra. Maria Teresa Anselmo Olinto (Unisinos), Dra. Maria das Graças Tavares do Carmo (INJC/UFRJ) e Vera Lúcia Mesquita Valente, pelas valiosas sugestões em versões anteriores deste manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Educação. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Brasília; 2004.
2. Steiner JE. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. *Estud Av.* 2005; 19(54):341-65
3. Ferraro AR. A ANPED, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. *Rev Bras Educ.* 2005; 30:47-69.
4. Velloso J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. *Cad Pesquisa.* 2004; 34(123):583-611.
5. Horta JSB, Moraes MCM. O sistema Capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Rev Bras Educ.* 2005; 30:95-116.
6. Stehl L. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ci Inf.* 2005; 34(1):19-27.

Recebido em: 18/8/2006

Versão final reapresentada em: 7/11/2006

Aprovado em: 9/11/2006